



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

PROCESSO ELETRÔNICO TC 03592/16

Pág. 1/2

NATUREZA: PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL
ENTE: CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA TEREZINHA
EXERCÍCIO: 2015
RESPONSÁVEL: EDCARLOS SOARES DOS SANTOS

*ADMINISTRAÇÃO DIRETA MUNICIPAL -
PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAIS DO EXERCÍCIO DE
2015, DA MESA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA
TEREZINHA, SOB A RESPONSABILIDADE DO SENHOR
EDCARLOS SOARES DOS SANTOS – REGULARIDADE
DAS CONTAS PRESTADAS, COM AS RESSALVAS DO
PARÁGRAFO PRIMEIRO, INCISO IX DO ART. 140 DO
RITCE/PB, NESTE CONSIDERANDO O ATENDIMENTO
INTEGRAL ÀS EXIGÊNCIAS DA LEI DE
RESPONSABILIDADE FISCAL.*

ACÓRDÃO APL TC 277 / 2017

RELATÓRIO

O **Senhor EDCARLOS SOARES DOS SANTOS** apresentou, em meio eletrônico, a Prestação de Contas Anual da Mesa da Câmara Municipal de **SANTA TEREZINHA**, relativa ao exercício de **2015**, sob a sua responsabilidade, tendo a documentação sido analisada pelo Grupo Especial de Auditoria - GEA, que emitiu Relatório simplificado (fls. 54//58), segundo o disposto no art. 1º, da **Resolução Administrativa RA-TC 11/2015**, com as seguintes observações, a seguir sumariadas:

1. As transferências recebidas durante o exercício foram de **R\$ 596.400,00** e a despesa orçamentária total alcançou o montante de **R\$ 596.434,46**;
2. A despesa total do Poder Legislativo Municipal foi de **6,99%** da receita tributária e transferências realizadas no exercício anterior, cumprindo o art. 29-A da Constituição Federal;
3. A folha de pagamento do Legislativo atingiu **64,64%** das transferências recebidas, cumprindo o artigo 29-A, parágrafo primeiro da Constituição Federal;
4. A despesa com pessoal correspondeu a **3,95%** da Receita Corrente Líquida do exercício de 2015, cumprindo o art. 20 da LRF;
5. A remuneração dos Vereadores foi abaixo do limite estabelecido na Constituição Federal;
6. Excesso de despesa orçamentária em relação à transferência recebida no valor de **R\$ 34,46**;
7. Após o Relatório da Auditoria, foi emitida cota (fls. 59/60) pelo Chefe de Departamento, **ACP Plácido César Paiva Martins Júnior**, discorrendo acerca de possível excesso de remuneração do Presidente da Câmara, caso não considerada válida a **Lei nº 10.435/15**, com vigência a partir de fevereiro de 2015, relativa à fixação dos subsídios dos Agentes Públicos do Poder Legislativo.

Não houve a citação do interessado.

Solicitada a prévia oitiva ministerial, o ilustre **Procurador Luciano Andrade Farias** pugnou, após considerações (fls. 62/70), nos seguintes termos:

1. Preliminarmente, citação do **Sr. Edcarlos Soares dos Santos**, para a apresentação dos devidos esclarecimentos;

NO MÉRITO, caso não haja apresentação de defesa:

2. **Irregularidade** das contas do **Sr. Edcarlos Soares dos Santos**, na condição de gestor da Câmara Municipal de Santa Terezinha/PB, relativa ao exercício de 2015;
3. **Não atendimento** dos preceitos fiscais;



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

PROCESSO ELETRÔNICO TC 03592/16

Pág. 2/2

4. **Imputação de débito** no valor indicado no corpo deste parecer (R\$ 9.499,20);
5. **Aplicação de multa** ao mencionado gestor, com fulcro na LOTCE/PB.

Foram dispensadas as comunicações de estilo.

É o Relatório.

VOTO DO RELATOR

Data vênia o entendimento do *Parquet*, mas o Relator admite os valores estabelecidos nas **Leis nº 10.061/13 e 10.435/15**, que fixaram, respectivamente em **R\$ 20.042,00 e R\$ 25.322,00**, o valor dos subsídios mensais dos Deputados Estaduais, a vigorar, esta última, a partir de fevereiro/2015, e fixou em **50%** a verba de representação do Presidente da Assembleia Legislativa e, por simetria, a do Presidente das Câmaras de Vereadores, conforme tem se admitido reiteradamente nesta Corte de Contas.

No mais, não encontra razão para prosperar a insignificante ultrapassagem da despesa orçamentária em relação à transferência recebida, que figurou na quantia de tão somente **R\$ 34,46**, não havendo o que se falar em irregularidade neste aspecto.

Com efeito, o Relator vota no sentido de que os integrantes do Tribunal Pleno **JULGUEM REGULARES** as contas da Mesa da Câmara de Vereadores de **SANTA TEREZINHA**, relativas ao exercício de 2015, de responsabilidade do **Senhor EDCARLOS SOARES DOS SANTOS**, neste considerando o **CUMPRIMENTO INTEGRAL** das exigências da Lei de Responsabilidade Fiscal, com as ressalvas do Art. 140, §1º, inciso IX do Regimento Interno deste Tribunal.

É o Voto.

DECISÃO DO TRIBUNAL

Vistos, relatados e discutidos os autos do PROCESSO TC 03592/16; e

CONSIDERANDO os fatos narrados no Relatório;

CONSIDERANDO o mais que dos autos consta;

ACORDAM os Membros do TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DA PARAÍBA (TCE-PB), à unanimidade, na Sessão realizada nesta data, de acordo com o Voto do Relator, em JULGAR REGULARES as contas da Mesa da Câmara de Vereadores de SANTA TEREZINHA, relativas ao exercício de 2015, de responsabilidade do Senhor EDCARLOS SOARES DOS SANTOS, neste considerando o CUMPRIMENTO INTEGRAL das exigências da Lei de Responsabilidade Fiscal, com as ressalvas do Art. 140, §1º, inciso IX do Regimento Interno deste Tribunal.

Publique-se, intime-se, registre-se e cumpra-se.
Sala das Sessões do TCE-PB - Plenário Ministro João Agripino
João Pessoa, 08 de fevereiro de 2017.

Assinado 23 de Maio de 2017 às 14:02



Cons. André Carlo Torres Pontes
PRESIDENTE

Assinado 23 de Maio de 2017 às 13:52



Cons. Marcos Antonio da Costa
RELATOR

Assinado 23 de Maio de 2017 às 14:23



Sheyla Barreto Braga de Queiroz
PROCURADOR(A) GERAL